 ISBN: 978-85-87942-61-6

GT 020. Antropologia dos Povos e Populações Costeiras: Práticas Sociais, Territórios e Conflitos

José Colaço Dias Neto (Universidade Federal Fluminense) - Coordenador/a, Francisca de Souza Miller (Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN) - Coordenador/a, Cristiano Wellington Noberto Ramalho (Universidade Federal de Pernambuco - UFPE) - Debatedor/a, Marco Antonio da Silva Mello (DAC/IFCS-UFRJ) - Debatedor/a, Leticia D'Ambrosio Camarero (Universidad de la República) - Debatedor/a Grupos sociais que vivem do extrativismo e da agricultura, entre outras activitys ? tais como pescadores artesanais e ribeirinhos em geral ? s?o habitantes de regi?es costeiras e historicamente t?m sido impactados por diversos fen?menos. A expans?o metropolitana, os desastres ambientais de grandes propor?es, o turismo em pequena e larga escala, as formas de controle oficial em ?reas de interesse ecol?gico, s?o alguns processos que vem reconfigurando o uso e a ocupa??o de territ?rios costeiros e ribeirinhos no Brasil. Seus efeitos recaem sobre um grande contingente de fam?lias ou de cidades inteiras ? no que diz respeito ?s economias locais, gest?o p?blica e formas de participa??o pol?tica ? ou, com rela??o ?s suas dimens?es mais abrangentes, em maiores escalas, pois tratam-se de fen?menos globais ajustados ?s estruturas contempor?neas de explora??o de recursos naturais, seus modos de produ??o e administra??o e reparti??o de lucros por parte de grandes agentes sociais e mesmo por Estados. Reflex?es sobre o manejo de ecossistemas, as formas de organiza??o pol?tica destas popula?es, suas estruturas econ?micas, bem como os conflitos suscitados por diferentes processos e agentes sociais ? sobretudo ag?ncias estatais, organiza?es n?o governamentais e empresas ? s?o alguns dos aspectos que ser?o discutidos nesta activity.

Territórios em disputa: a avanço neoextrativista e a invisibilidade de territórios pesqueiros em Áreas Marinhas Protegidas

Autoria: Rafaela Cristina Rodeiro de Farias

O artigo pretende produzir um debate sobre as renovadas investidas do imperialismo extrativo, seus efeitos sobre os territórios pesqueiros em ambientes costeiro-marinhos e sua influência sobre as políticas de conservação e de áreas protegidas no Brasil. Busco analisar os processos de reestruturação territorial promovido pelo extrativismo petroleiro nos espaços costeiro-marinhos protegidos, tomando como estudo de caso os processos de desterritorialização em duas Reservas Extrativistas Marinhas: a Resex Marinha da Baía do Iguape/BA e a Resex Marinha do Arraial do Cabo/RJ, sendo uma situada em região predominantemente rural e a outra situada numa região com forte influência urbana. A Resex Marinha da Baía do Iguape teve os limites de seu polígono alterados, onde significativa área de manguezal foi excluída para a implantação do Polo Industrial Naval, de apoio à da indústria do petróleo, e, em contrapartida, teve seus limites ampliados em outra área que sobrepunha a proposta de um território quilombola em processo de reconhecimento. Em Arraial do Cabo, situado em zona estratégica de prospecção e produção petroleira do país, o Porto do Forno, no interior da Resex Marinha do Arraial do Cabo, passou por processo de reconfiguração produtiva para a demanda offshore de suporte à indústria petroleira. Em ambos contextos, resguardadas as particularidades locais, a corrida pelo ?ouro negro? através dos modelos neoextrativistas de produção se revela como um padrão da internacionalização da economia e se traduz tanto pela internacionalização dos recursos naturais, quanto por uma nova distribuição das consequências e riscos ambientais e sociais. O afastamento de seus

 ISBN: 978-85-87942-61-6

meios e espaços de produção, a exploração e a apropriação de bens comuns, os processos expropriatórios, a legitimação do uso do território - numa outra racionalidade, configura formas de violência (material e simbólica) sofrida pelas comunidades beneficiárias das Reservas Extrativistas em tela. Os conflitos e impactos ambientais e sociais das indústrias extrativas inauguraram novas tensões sobre os territórios. Contudo, a resistência do movimento social gera diferenciadas respostas a partir das comunidades locais, sendo observadas formas diversas tanto de uma suposta colaboração como também de insurgência, que podem ser indicadores de estratégias concretas de sobrevivência. O agenciamento do Estado, nestes contextos, fomenta o desenvolvimento do modelo neoextrativista de produção que se opõe às políticas de conservação da biodiversidade e de ?manutenção dos modos de vida das populações tradicionais? (conforme preconiza o decreto de criação das unidades de conservação), mantendo políticas públicas alinhadas a agenda hegemônica capitalista, neocolonial e imperial.

Trabalho completo

 ISBN: 978-85-87942-61-6

Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero , de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e

 ISBN: 978-85-87942-61-6

Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA)e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização: **Apoio:** **Organização:**